



16 de fevereiro de 2017 - A Câmara de Santo André recebeu, na sessão ordinária desta quinta-feira (16/02), o projeto de lei de autoria do Executivo de compensação tributária e serviços de Saúde. A iniciativa faz parte de um esforço da administração para zerar a fila para a realização de cerca de 15 mil exames. A matéria irá tramitar pela Casa, passando pelas comissões de Justiça, Saúde e Finanças e será debatida e votada pelos vereadores. O prazo máximo para a apreciação é de 45 dias.

A sessão ordinária contou também com o uso da Tribuna Livre por três movimentos distintos. O Instituto do Patrimônio do ABC dedicou seu tempo para falar dos 150 anos da inauguração da ferrovia de Santo André. Na sequência, o Programa “Amigos da EMEIEF Marek” defendeu a continuidade de projetos sociais. A tribuna também deu voz a duas representantes do movimento de Política para Mulheres, que questionaram o fim da Pasta no Executivo.

A Ordem do Dia, que previa a primeira discussão e votação do Projeto de Lei 49/16, protocolo 010701, encaminhado pelo Executivo Municipal, que denomina logradouros do Conjunto Habitacional Alzira Franco II, foi adiada por cinco sessões.